

**Entre a ditadura e a democracia:  
transformações urbanas e democratização nas páginas dos jornais - um tempo  
presente brasileiro (o caso de Florianópolis, SC, 1964-1990)**

REINALDO LINDOLFO LOHN\*

1. Tempo presente

Este trabalho aborda, numa perspectiva histórica, o espaço urbano como um dos principais âmbitos das intervenções sociais levadas a cabo pelo Estado autoritário instaurado em 1964, com desdobramentos que marcaram os anos da abertura e da redemocratização. Entende-se que uma História do tempo presente brasileiro deve considerar os processos que, nas últimas décadas, transformaram as cidades do país, ao mudar não apenas suas feições, mas especialmente o que podemos chamar de suas culturas urbanas. O tempo histórico a que chamamos de presente compreende relações de simultaneidade, com justaposição de ritmos, por populações que compõem e participam dos fenômenos da cultura de massas e de suas implicações sociais mais abrangentes. No Brasil, durante o período que compreende a ditadura civil-militar imposta em 1964 e a recente redemocratização, as experiências e contingências políticas e socioculturais estiveram em grande medida articuladas às alterações observadas no perfil da população e no reordenamento do uso do solo urbano. O espaço das cidades foi alvo de práticas e representações que acentuaram lógicas de intervenção governamental voltadas para uma modernização conservadora, ao passo em que deixaram um legado de disparidades sociais e, nos centros metropolitanos, de aumento da percepção de violência.

Este cenário de deslocamentos socioculturais, ao passo em que desarticulou relações estáveis, possibilitou novas combinações em meio a conflitos que encontraram, nas questões urbanas, um eixo privilegiado. Um caso que ilustra o argumento exposto, por sua relação intrínseca com os processos mais evidentes que fizeram parte do período em apreço é o de Florianópolis, Capital de Santa Catarina, cuja população vivenciou mudanças profundas, com impactos socioculturais marcantes. Seus habitantes

---

\* Professor de História do Brasil Contemporâneo no Departamento de História e do Mestrado em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisa financiada com recursos da UDESC.

experimentaram conflitos relacionados à conjunção de intervenções estatais e de investimentos privados advindos dos desejos despertados pelos processos de modernização da segunda metade do século XX.

A alavancagem da construção civil foi um dos pilares da política econômica levada a cabo pelos governos militares (PRADO; EARP, 2003:225). A ampliação do crédito, após as reformas financeiras da década de 1960, encontrou na construção residencial um canal privilegiado, consignado no I Plano Nacional de Desenvolvimento, que apontou para sua “função específica de grande absorvedora de mão-de-obra”, demonstrada pela passagem de “785.000 em 1960, para 1.700.000 em 1970” no número de empregos no setor (BRASIL, 04/11/1971). Essa dinâmica transformou não apenas grandes cidades, mas contribuiu para constituir um importante segmento de cidades médias, como é o caso de Florianópolis.

Acessar a imprensa do período permite a compreensão de certos “horizontes de expectativas” que marcaram a sociedade brasileira. Foram recolhidos indícios de “experiências” e “expectativas” de grupos sociais de Florianópolis (KOSELLECK, 2006: 305-327), relativos aos usos sociais de espaços e lugares numa cidade em mudança. As informações coletadas nos jornais possibilitaram estabelecer pontes entre as questões locais e as nacionais, de modo a recusar qualquer descrição efêmera sobre os processos aqui analisados e buscar a densidade histórica necessária para perseguir a inteligibilidade do presente (RIOUX, 1999: 44-45). Os jornais registraram os processos de modernização urbana e permitem o acesso à construção de uma memória histórica, no momento de sua produção, sobre a passagem para um país urbano e com grandes mudanças sociais, algo que foi parte importante da sustentação do regime ditatorial, mas também da construção democrática naquelas décadas decisivas.

Esta constatação dá-se no conjunto de discussões referentes às relações entre História e Memória, que permitiram, como aponta Marieta de Moraes Ferreira (2001:321), “aos historiadores repensar as relações entre passado e presente e definir para a história do tempo presente o estudo dos usos do passado”, o que diz respeito à um campo de disputas políticas no qual passaram a ter grande importância os meios de comunicação de massa. Os jornais apresentam-se, assim, como fontes indispensáveis para compreender um passado presente, não como algo estável e congelado, mas também como suportes de uma memória intencionalmente produzida, ao instaurar

sentidos e legitimar determinados processos políticos (DECCA, 1992: 133). Neste caso, os jornais são mediadores de lembranças, posto que “é pelo discurso de terceiros que os sujeitos são informados sobre o resto dos fatos contemporâneos a eles”, através de construções baseadas em fontes “crescentemente midiáticas” (SARLO, 2007: 90-92) e que influenciaram as percepções e lembranças de um período de tempo recente, com impactos tanto nas trajetórias individuais quanto em experiências coletivas.

## 2. Cidade da ditadura

Em 1966, uma pesquisa procurou definir o potencial do mercado imobiliário em Florianópolis, para investigar tendências pela compra de apartamentos por parte das camadas médias da cidade. A população da cidade girava em torno de 130 mil habitantes e os anúncios publicitários abundantes nos jornais indicavam a preferência por morar no centro. O adensamento do uso e ocupação do solo no centro da cidade resultou na construção de edifícios de apartamentos, em escala crescente, o que modificou em profundidade a fisionomia e a estrutura urbana. O desejo por adquirir apartamentos apontava para uma significativa mudança de hábitos sociais relativos às relações de vizinhança e à redução do número de filhos. Isso abriu caminho para a introdução de políticas de crédito imobiliário: funcionários públicos em cargos de chefia e profissionais liberais afirmaram-se como o grande mercado consumidor de apartamentos de três dormitórios (PEREIRA, s/d: 88).

O planejamento governamental e as novas oportunidades de investimento na cidade criaram um cenário novo em Florianópolis: “em cada praça, em cada avenida, em cada rua, em cada beco, a luz clareia os passos dos transeuntes e alimenta a beleza da nossa Ilha”, que aparecia a todos “feérica” e devidamente inscrita na moderna civilização (A GAZETA, Florianópolis, 08/11/1964: 1). Por outro lado, em fins daquela mesma década, o crescimento urbano ainda convivia com velhos usos: “o surto de desenvolvimento que se vem verificando em nossa capital não impede que por vezes velhos carroções trafeguem pelas principais ruas da cidade. E eles respeitam sempre os sinais” (O ESTADO, Florianópolis, 25/04/1967: 1).

Os governos da ditadura intensificaram o processo de montagem de uma máquina estatal mais complexa, com mecanismos de gestão que exigiram a constituição

de segmentos burocráticos, compostos por técnicos e especialistas. Tais quadros foram selecionados entre segmentos da população que compuseram então novas camadas médias, as quais formaram um poderoso mercado de consumo urbano. O “milagre” da “revolução de 1964” foi sentido principalmente por aqueles desejosos por novos padrões de moradia prometidos pelos empreendedores imobiliários. Um anúncio de 1972 referiu-se a mais um edifício construído no centro da cidade como “uma homenagem ao bom gosto, à beleza e às coisas boas da vida” (O ESTADO, Florianópolis, 10/07/1972: 4). Foi um momento de apelos aos traços culturais identificadores das classes médias.

O governo militar que se seguiu ao golpe de Estado de 1964 instituiu, no mesmo ano, o Plano Nacional de Habitação, cuja execução seria financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão federal que compunha o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A captação de recursos, através do recém criado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de letras imobiliárias, proporcionou linhas de crédito de curto prazo a construtores e de longo prazo para compradores de moradias. O sistema facilitou ainda para a implantação de projetos de infra-estrutura urbana.

Para as novas classes médias, as condições oferecidas pela cidade estavam em contínua melhoria, especialmente após o crescimento da população universitária e a implantação de sedes de empresas estatais. Em poucos anos, milhares de profissionais de nível superior instalaram-se na cidade, enquanto que o acesso a cursos universitários expandiu-se, como ocorria em todo o país (ALMEIDA; WEISS, 1998: 363).

Uma peça publicitária da agência “Propague” mostrava certo personagem que em 1960, dizia: “— Investir em Florianópolis? Iihh! Nem me fale nisso!”. Já em 1962, a resposta era: “— Bem... talvez um dia eu possa investir em Florianópolis!”. Em 1964: “— Imóveis na Capital? Sim, creio que já seja possível!”. E em 1967, vários personagens apareciam sorrindo, acompanhados da mensagem: “mais de 70 pessoas de outras cidades já adquiriram imóveis em Florianópolis, somente através da Imobiliária A. Gonzaga”, para aproveitar “o rápido desenvolvimento da Capital” e todas as suas facilidades, como as praias e a universidade (A GAZETA, Florianópolis, 04/07/1967: 2). O centro da cidade passou por um rápido processo de verticalização e sua silhueta incorporou a imagem de altos edifícios de apartamentos, enquanto as ruas foram tomadas por automóveis.

### 3. Urbanização autoritária

Em 1970, um intelectual orgânico do então sistema de poder estadual, saudou a nova década que estava por iniciar, que viria a ser “decisiva para os anseios de progresso da população do Estado e do País” para “fazer a revolução e construir a sociedade nova com as energias emergentes do desejo de modernização” (ABREU, 1970: 7-25). Referências desse tipo compuseram a formação discursiva que sustentou a propaganda política dos governos militares, ao apontar para o que Carlos Fico (1997: 137) denomina “reinvenção do otimismo”, como confirmação do “destino de grandeza do país” e as certezas em relação ao porvir de cada brasileiro. Na mesma época, a campanha publicitária de um edifício de luxo procurou mostrar que a nova vida urbana estava ao alcance das classes médias em seu futuro tranqüilo: “Solar da Baía Norte. Sem dívidas eternas, sem correção salarial e sem hipotecas.” Eis a grande vantagem: “dormir tranquilamente sem pesadelos de dívidas de 15 anos” (O ESTADO, Florianópolis, 17/08/1970: 3).

Empreendimentos em regiões mais ou menos distantes do centro de Florianópolis abriram novas fronteiras de expansão da cidade. A mobilidade da maioria da população foi garantida precariamente pelo incremento de linhas de ônibus. As cidades próximas a Florianópolis, principalmente São José, Palhoça e Biguaçu, transformaram-se em cidades-dormitório, ao abrigar em seus bairros periféricos uma crescente população, constituída por trabalhadores da construção civil, que encontraram ocupação nas várias obras em andamento na Capital. A Companhia de Habitação do Estado (COHAB) anunciou em 1970 estar “neutralizando os efeitos de um problema social”, com a melhoria do “orçamento dos trabalhadores”, desonerados das “despesas do aluguel”, numa ação “associada aos objetivos do Banco Nacional de Habitação, que teve impulso extraordinário sob as diretrizes de regime, que a revolução de 1964 implantou no país” (O ESTADO, Florianópolis, 03/03/1970: 3).

Os jornais dedicaram mais atenção ao novo perfil sociocultural da cidade, em especial com a chegada de milhares de trabalhadores não especializados, em busca de oportunidades de emprego. Nos jornais, alguns observadores afirmaram que, em Florianópolis, a transformação urbana não fora acompanhada de indesejáveis conseqüências sociais, pois “enquanto as massas e emigrados das grandes cidades”

engrossavam “as fileiras de subempregados”, na Capital de Santa Catarina os migrantes encontravam emprego na “atividade econômica em franca expansão” da construção civil: como uma coincidência, “ao instante do invento de alguns milhares de emigrados”, a nova atividade econômica estava “necessitada de alguns milhares de braços” (O ESTADO, Florianópolis, 11/09/1977: 33). Por outro lado, representantes da indústria da construção civil manifestaram preocupações quanto aos “milhares de trabalhadores não especializados que – afastados da lavoura pela crescente mecanização – vieram se agregar nos centros urbanos” e encontraram “a construção imobiliária” como “única atividade em que se podiam engajar”. Em Florianópolis o problema seria “mais grave do que em qualquer outra cidade brasileira”, pois “a indústria de Florianópolis é a indústria da construção civil” (BOM DIA DOMINGO, Florianópolis, 20/11/1977: 8).

Até o início da década de 1970, a gestão urbana efetuado pelos governos militares esteve centrada numa política habitacional que, retoricamente voltada para a solução das moradias precárias da população mais pobre, passou aos poucos a voltar-se para as camadas médias, em busca de maior rentabilidade para o sistema. Após 1973, a política urbana integrou-se a um conjunto de estratégias declaradamente voltadas para superar desequilíbrios regionais, através de ações conjuntas que preconizavam uma gestão do território nacional a partir de pólos urbanos (SCHMIDT; FARRET, 1986: 33). Nesse período os órgãos governamentais do setor foram congregados na Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), cuja atuação foi definida principalmente pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, entre 1975-1979). A estrutura estatal deveria estar tecnicamente preparada para formular políticas que levassem em conta a distribuição espacial da população de modo a favorecer o desenvolvimento econômico, como parte de um “sistema urbano” que favorecesse a integração nacional.

O Plano Decenal, para o período entre 1967 e 1976, havia estipulado mecanismos para a formulação de políticas voltadas para cidades de porte médio, com “uma nova concepção de política regional, denominada ‘regional-nacional’, qual seja a de, em paralelo ao crescimento econômico, promover a integração das várias regiões do país, idéia central da estratégia de integração nacional” (STEINBERGER; BRUNA, 2001: 39). As normas estabelecidas pelo governo federal orientaram, em Florianópolis,

a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana, entregue em 1971, base para o novo Plano Diretor, finalmente aprovado em 1976. Explicitamente, o objetivo era “a transformação de Florianópolis em um grande centro urbano”. A Capital, juntamente com os municípios vizinhos, formaria uma área conurbada de desenvolvimento intenso e conjugado, capaz de romper com a situação periférica do Estado em relação aos vizinhos mais poderosos (ESCRITÓRIO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, 1971: 5-8).

O desenvolvimento urbano recebeu um capítulo específico no II PND. A meta era a resolução da dualidade entre grandes metrópoles e “a excessiva pulverização de pequenas cidades, sem um número adequado de cidades médias” que possibilitassem “equilíbrio ao conjunto”. Como as cidades apareciam como responsáveis por 85% do Produto Interno Bruto, seria indispensável uma administração eficaz do espaço urbano. Isso redundaria numa “melhor estruturação do sistema urbano” que, no caso da região Sul, significava disciplinar e dinamizar o “processo de desenvolvimento do sistema urbano”. Florianópolis enquadrava-se nesta última diretriz, como centro médio a ser desenvolvido, principalmente por fazer parte do conjunto de cidades da região destinado “ao turismo e ao lazer” (BRASIL, 1975: 71-75).

Entre as estratégias para definir e atuar sobre o “sistema urbano”, em 1976 foi anunciado o “Programa para Cidades de Porte Médio”, com o objetivo de “reforçar pontos do espaço nacional potencialmente capazes de ‘direcionar o processo de urbanização de maneira mais racional e estruturante, gerando opções aos fluxos migratórios e de capital’”. Entre as áreas previstas foram eleitas aquelas com “cidades de porte médio com potencial econômico ligado ao turismo e ao lazer” (P&D: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, 1976: 20-25). A política urbana inseriu-se nos debates sobre a concentração de renda, nos quais “o espaço urbano aparecia como um palco de problemas e as ações da política urbana deveriam corrigir os efeitos nocivos do modelo de crescimento econômico” (STEINBERGER; BRUNA, 2001: 46).

Em Florianópolis, as representações sobre o futuro da cidade saíram do programas governamentais e das páginas dos jornais, moldando toda uma nova cultura urbana. Um aspecto revelador desse processo foram as queixas em relação ao desaparecimento de formas tradicionais de comércio. Em 06 de Agosto 1972 (p. 4) o Jornal O Estado antevia a “queda do balcão”, ou seja, o fim de um tipo de relação

comercial cara a cara entre clientes e proprietários, o que provocaria “a falência dos armazéns”. As obras de desenvolvimento urbano e a massificação da cidade possibilitaram novos negócios, em especial a introdução dos supermercados que ameaçaram “a prosperidade das dinastias de proprietários das pequenas casas de comércio”.

O perfil de uma pequena cidade burguesa, na qual, por vezes, parecia que “todos” se conheciam, cedeu lugar a novas práticas culturais. Em 1974, foi noticiada a existência, em pleno funcionamento, de antigos engenhos de farinha de mandioca, atividade econômica que fora importante até o início do século XX, em localidades do interior da Ilha de Santa Catarina: “um trabalho familiar, pois todos os membros de uma família proprietária de um engenho são mobilizados na época da colheita e da transformação da mandioca”, como no caso do agricultor Manoel Antonio da Silveira, que tinha 55 anos, com 21 filhos e que há 40 anos cultivava mandioca (O ESTADO, Florianópolis, 31/03/1974: 8). Dois anos depois, no mesmo jornal, Aderbal Ramos da Silva (1911-1985), líder partidário e empresário que dominava a política local queixava-se do “crescimento rápido” de Florianópolis, que surpreendia mesmo aquele que se julgava “uma pessoa conhecida na cidade”. É como se surgisse uma estranha cidade, composta por habitantes muito diversos: “está tudo muito tumultuado, os terrenos supervalorizados pelas imobiliárias, tudo ficando estrangulado” (O ESTADO, Florianópolis, 14/05/1976: 16)

Entre a vulnerabilidade do espaço e a segurança do lugar, os observadores das mudanças ocorridas nas cidades ocidentais da virada do século XIX para o XX compreenderam que certas dinâmicas urbanas guardavam correspondência com configurações sociais. Georg Simmel (2005: 577-591) atentou para as características das relações entre os indivíduos desenvolvidas no ambiente das grandes cidades, em especial o “caráter intelectualístico e econômico-monetário” que concorrem para a “mais alta impessoalidade” e a reserva diante do contato com outros: “a antipatia nos protege”.

A população participou de uma nova temporalidade urbana que afetou redes de sociabilidade. Modos de vida, modas, jeitos e valores, aproximaram-se daqueles predominantes em qualquer grande cidade brasileira. Até o final da década, a cidade incorporou novos espaços através de grandes aterros, nos quais foram construídas vias

de trânsito rápido. Sobre aterros, uma grande avenida à beira-mar passou a ser o eixo de circulação prioritário, a canalizar os inúmeros automóveis que, em alta velocidade, tomaram a cidade. Para Paul Virilio (1996: 123), numa sociedade em que velocidade e poder andam juntos, “o valor estratégico do não-lugar da velocidade suplantou definitivamente o do lugar”.

Apesar dos impactos na estrutura da cidade, o modelo de planejamento urbano centralizado, autoritário e sem qualquer vestígio de participação popular mostrou sua falência, incapaz de dar conta das transformações e das dinâmicas das cidades brasileiras. A forma urbana concretizou o discurso dos “objetivos nacionais permanentes”, com a criação de espaços urbanos onde a convivência social expressou a violência e a agressão diárias das desigualdades sociais, do trânsito descontrolado e de vias públicas construídas apenas para os automóveis. Predominou uma forma de pensar o urbano que estava presa à lógica da individualização das classes médias.

#### 4. Democratização: entre o espaço público e a apropriação privada

A população Florianópolis vivenciou o processo que levaria à instauração do regime democrático no país, sob os ritmos urbanos de uma cidade que fora transformada nos anos da ditadura militar. Um dos cerne dos mecanismos de intervenção econômica e social do regime militar foi a política habitacional, a qual, segundo Ermínia Maricato (1987: 30), modelou cidades que ignoraram as necessidades dos “setores de menores rendimentos da população” ao passo em que tratou “a habitação como mercadoria a ser produzida e comercializada em moldes estritamente capitalistas”. As cidades da ditadura ergueram, em geral, grandes edifícios de apartamentos, construídos por uma mão-de-obra com baixos salários. Enquanto “os setores da população beneficiados por essa política” constituíam “um sustentáculo político ao governo ditatorial”, para a grande maioria, sem acesso ao crédito habitacional, restou a periferia, loteamentos nem sempre regulares e as favelas.

Em meados da década de 1970 os pobres urbanos freqüentaram as páginas dos jornais. Uma matéria de 1975 apresentou o Morro do Mocotó, uma das áreas de pobreza urbana do centro da cidade e chamou a atenção para a “surpreendente visão, chocante, gritante, de miséria social e humana”. Os habitantes do lugar foram identificados como

moradores de “uma favela, um amontoado de casas encarapitadas numa encosta de morro, suspensas pela vontade, pela necessidade de habitar e não exigir nada, não pela falta de direitos, mas pela total inexecutabilidade de pedi-los”. Contudo, registra a reportagem, para os moradores, “a palavra favela se aplica a contragosto. O termo não é bem-vindo”, afinal “eles formam um comunidade homogênea”. A vida de uma das moradoras foi assim descrita: com seus “25 anos, tem aspecto de 35”, casada e com dois filhos, “na véspera de três”, morava numa casa que “foi ganha”. O marido conseguia o salário mínimo e “eles não tem condições de pagar aluguel”. A matéria ressaltou: “ela nasceu ali, se criou, e mora até hoje” (O ESTADO, Florianópolis, 12/06/1975: 8).

A imprensa tratou também do fenômeno do crescimento de novas áreas periféricas, com outro perfil populacional, atribuído ao “movimento migratório em Santa Catarina” que tinha na Capital “o ponto preferido de todos quando abandonam os campos na esperança de encontrar melhores perspectivas de vida nas cidades”. O grande problema era “a falta de habitação” para as “famílias que se deslocam do interior para Florianópolis” e assim “o número de favelas se avoluma, ganhando os espaços vazios que margeiam a cidade e se espalhando pelos municípios vizinhos à Capital do Estado” (O ESTADO, Florianópolis, 23/04/1977: 1). As constantes ameaças de remoção e desalojamento atingiram, em 1979, “os moradores mais pobres” de uma região que crescera fortemente naquela década, dada a proximidade com a Universidade Federal. Os moradores mais pobres mostraram-se “apavorados com as pressões que estão sofrendo da parte de vários órgãos que, de uma forma ou outra, pretendem tirá-los de lá”. Eram, na grande maioria, provenientes “de municípios do interior do Estado, desalojadas de suas terras e por motivos econômicos, a procura de melhores condições de vida” (O ESTADO, Florianópolis, 14/10/1979: 16). No Morro da Caixa, na área continental, um morador declarou: “não saímos daqui assim. Nem que eles metam os tratores em cima da gente”. As famílias do local foram ameaçadas de remoção para loteamentos distantes, em municípios vizinhos (O ESTADO, Florianópolis, 17/10/1979: 16).

No mesmo período, as Ciências Sociais brasileiras interessaram-se pelo estudo das transformações urbanas ocorridas no Brasil, com foco nos fenômenos ocorridos nas grandes metrópoles industrializadas. Lúcio Kowarick (2000: 13-22) destaca que na década de 1970, as pesquisas estiveram voltadas para as características estruturais da

intensa desigualdade promovida por formas capitalistas no meio urbano, com resultado na “espoliação urbana”.

O processo de redemocratização brasileiro, como se sabe, constitui um tema complexo e ao qual historiografia deve maiores contribuições. As vitórias eleitorais sucessivas do partido da oposição consentida durante a ditadura, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), acompanharam a crise que se sucedeu ao esgotamento do “milagre econômico”. As grandes cidades, com uma população de trabalhadores incorporada ao processo de modernização, passaram a ser um foco de dissabores constantes para os apoiadores do regime ditatorial, ao passo em que as demandas sociais não foram atendidas e as condições de sobrevivência dos mais pobres pioraram gradativamente. O regime procurou a todo custo, através do endividamento externo (FURTADO, 1981: 48), manter sem sucesso o ritmo de crescimento. Em 1979, os jornais noticiavam o abandono de projetos de habitação do BNH em Florianópolis, “por falta de recursos” ao mesmo tempo em que a inflação corroía os salários (O ESTADO, Florianópolis, 27/10/1979: 5).

Por essa época, em várias partes do país, e em Florianópolis não foi diferente, as novas experiências das camadas populares, decorrentes de um cotidiano compartilhado por milhões de habitantes de cidades transformadas em ritmo veloz nos anos precedentes, passaram a incorporar temas como cidadania e direitos civis, políticos e sociais. Movimentos de base, organizados a partir de diversas formas, seja nas igrejas, nas escolas ou mesmo em entidades partidárias, congregaram esforços locais no sentido de praticar uma democratização no cotidiano. A idéia de que os pobres são portadores de direitos e capazes de compreender e agir socialmente, por suas próprias forças e vontades, em busca de participação política e melhorias de vida, moveu ativistas e associações. Em Florianópolis era notório o emprego, até então, de estratégias de melhorias dos bairros pobres através da ação de cabos eleitorais “que forjavam uma interligação com as autoridades governamentais”. Maristela Fantin (1997: 138-141) destaca que essas práticas sofreram então a concorrência de ações de movimentos organizados, como o caso da Pastoral Universitária, que realizaram trabalhos de educação popular no início da década de 1980.

O espaço urbano e as disputas sociais que envolveram a constituição de espaços públicos e de territórios atravessados por novas relações sociais é elemento

indispensável para compreender os desdobramentos da construção democrática no Brasil. Para uma grande parcela da população as promessas de mobilidade social e consumo moderno foram parcialmente satisfeitas enquanto o desafio passou a ser o de construir lugares de vivência com o compartilhamento do trabalho entre familiares e suas redes de conhecidos num ambiente voraz e competitivo (SADER, 1988: 99-114).

A partir da década de 1980 o processo de urbanização de Florianópolis, consolidado nas bases criadas na década anterior, foi alvo de disputas sociais e políticas constantes. As organizações de base, que demandavam novos direitos sociais para a população, com a incorporação de temas como a ecologia e a mobilidade urbana, chocaram-se com as iniciativas dos grupos políticos e empresariais que eram diretamente beneficiados pelas oportunidades de ganho privado proporcionadas pelo crescimento urbano. Do ponto de vista institucional, o processo de democratização em Florianópolis teve como resultado visível a vitória eleitoral do candidato do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) em 1985.

Um paradoxo marcou esses anos, em todo o país. O espaço urbano converteu-se em espaço público, a abrigar diversas formas de manifestação e, inclusive, de protesto popular, com o fim de reivindicar ações e investimentos públicos. A cidade assumiu uma dimensão fundamental na representação das multidões que formariam um povo em busca de cidadania e democracia (JACOBI; NUNES, 1982: 189-198). Por outro lado, ao longo da década de 1980, como é demonstrado por estudos como o de Teresa Pires do Rio Caldeira (2000: 314-323), nas grandes aglomerações urbanas brasileiras, os espaços públicos foram invadidos por formas de sociabilidade pautadas na privatização e na segregação, com a chamada “implosão da vida pública moderna”. Em Florianópolis não foi diferente, com a incorporação de determinados padrões de segregação sócio-urbana, verificadas em grandes cidades brasileiras. Alguns balneários sofisticados foram voltados para as camadas médias e altas, embora fisicamente próximos de localidades onde os moradores conviviam com serviços públicos precários. Enquanto as praças e ruas das capitais brasileiras foram tomadas por multidões na campanha por eleições diretas para a Presidência da República, entre 1983 e 1984, a “fobópole”, a que se refere Marcelo Lopes de Souza (2008: 69), começou a ser constituída, na esteira da crise do “planejamento estadocêntrico”. A difusão de uma linguagem que descreveu o cotidiano da vida urbana como “guerra civil” extravasou das grandes cidades para todo o país,

“com a sensação de insegurança que vem tomando conta de um número crescente de pessoas” a resultar na generalização do medo e na proliferação de “condomínios exclusivos”. Em Florianópolis, o apelo ao discurso da segurança e da reclusão ganhou as páginas de jornais no início da década de 1980: “dormir tranquilo é uma coisa que o florianopolitano já não pode há algum tempo. A preocupação já é uma constante” (A PONTE, Florianópolis, Jun. 1971: 2). Ao longo da década, a “demanda crescente por ordem” alimentou o voto conservador em várias cidades brasileiras, ao exigir dureza policial e garantir o sucesso de políticos pouco comprometidos com a democratização (ZALUAR, 2004: 215).

A década começara com uma profunda crise do setor da construção civil em Florianópolis, com cerca 48% de empreendimentos paralizados: “o grande problema é o achatamento salarial a que foi e está submetida a classe média, cada vez mais descapitalizada”. No período entre 1973 e 1976, cerca de 35 edifícios residenciais haviam sido construídos por ano para as camadas médias. Em 1981 estavam em andamento apenas 6. Os empreendimentos populares estavam completamente parados: “não há nenhum agente credenciado na cidade, do Sistema Financeiro da Habitação, que esteja financiando casas e apartamentos avulsos”, afirmava uma reportagem de O Estado (21/12/1981: 12).

A resposta à crise passou pela oferta de atrativos a um público consumidor de alta renda, proveniente de grandes cidades, muitas das quais marcadas pela violência. Florianópolis deveria representar conforto e, principalmente, a segurança e a tranquilidade de uma cidade média. Uma linguagem padronizada tomou conta da mídia e dos principais partidos, a apontar para a vocação turística da cidade. Em 1984, o anúncio de um grande empreendimento imobiliário no Norte da Ilha, que construiu um balneário para um mercado de alta renda, convidava: “venha para Jurerê Internacional. E ganhe toda a Ilha de Santa Catarina como brinde” (O ESTADO, Florianópolis, 02/12/1984: 4). A mitificação da Ilha foi complementada ao final da década, com a identificação publicitária “Ilha da Magia”, que fazia referência aos trabalhos de um artista plástico e folclorista local, chamado Franklin Cascaes (1908-1983), que durante boa parte de sua vida registrou memórias do processo de modernização da cidade, a partir da perspectiva da perda de traços culturais tradicionais.

Os investimentos imobiliários ganharam outra dimensão, diferente da década anterior, ao deslocar-se para a exploração de um imaginário construído no âmbito da publicidade turística. Em meio à crise econômica da chamada “década perdida”, os investimentos imobiliários apareceram como a aposta segura em Florianópolis: “compre solidez, compre imóvel” (O ESTADO, Florianópolis, 03/05/1987: 5), ou ainda “não deixe a inflação engolir sua poupança: invista em imóveis, a melhor poupança” (DIÁRIO CATARINENSE, Florianópolis, 06/08/1988: 9). Esperidião Amin, que fora o artífice das mudanças ocorridas na década anterior, quando fora nomeado prefeito da Capital, voltou ao comando da cidade, vitorioso nas eleições de 1988. Foi então lançada a campanha publicitária “Florianópolis vale a pena”, de modo a incentivar investidores. Enquanto isso, o desejo de construir a segunda a casa, na praia, tomou conta dos segmentos de classe média e alta locais. O enfrentamento político com os movimentos sociais e ambientais pode ser ilustrado por uma ampla campanha publicitária, levada a cabo por políticos e empresários ligados aos setores hoteleiros e da construção civil, com a qual os que contestavam a forma de desenvolvimento implantada foram apresentados como “estrangeiros” e denominados como os “contras” (LISBOA et al, 1996: 184).

Os governos da ditadura militar haviam iniciado um processo de descentralização da atribuição de valor histórico e cultural a bens e lugares. As cidades passaram a ser investidas de legitimidade para definir políticas locais de patrimonialização e, por extensão, de constituição de ambientes urbanos a serem apresentados como bens culturais, “tendo como principal orientação o desenvolvimento do turismo”. Estas ações tiveram continuidade nos anos da chamada Nova República, na medida em que o poder público foi incentivado a estabelecer parcerias com a iniciativa privada. Tais mecanismos ensejaram a constituição de um mercado para o “consumo de lugares” (LEITE, 2007: 34-60), ou seja, no caso da Ilha de Santa Catarina, de recantos pitorescos e naturais. Operou-se com estratégias de promoção e *marketing* nos quais a demanda por identidades estáveis, puras, unitárias ou autênticas aparecia como um invólucro desejável em meio a identificações provisórias e inscritas nos percursos mercantis mais amplos do turismo e da especulação imobiliária em nova escala.

A forma urbana de Florianópolis no período correspondeu, em grande medida, às demandas das camadas médias e altas que apostaram nos investimentos imobiliários como principal instrumento de reprodução de capital e de geração de poder. Mas formas e usos de uma cidade não são necessariamente simétricos. A constituição de espaços e a vivência de lugares são mediadas por ritmos de transformações desarmônicas, com deslocamentos e descompassos entre formas urbanas e usos sociais. Na acepção de Bernard Lepetit (2001: 140-141), “a cidade não é um palimpsesto”, do que resulta que seu espaço seja constituído por uma justaposição de épocas, usos e relações sociais que convivem e compartilham num mesmo tempo histórico. Por vezes, “as mudanças sociais de uso determinam as modalidades de resistência e a duração da vida do construído, muito mais do que o inverso”. Nesta compreensão, “cidade não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo tempo, os fragmentos de espaço e os hábitos vindos de diversos momentos do passado”. Estes cruzamentos que compõem as cidades são os elementos de uma problemática necessária a ser compreendida acerca das culturas urbanas, com vistas a uma História do tempo presente brasileiro.

#### Referências bibliográficas e fontes

A GAZETA, Florianópolis, 1964-1979.

ABREU, Alcides et al. Ensaio sobre a economia catarinense. Florianópolis: Edeme, 1970.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) História da vida privada no Brasil, 4: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 319-410.

BOM DIA DOMINGO, Florianópolis, 1977-1978.

BRASIL. Lei nº. 5.727, de 04 de Novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120837>. Acesso em 09 ago. de 2010.

BRASIL. Plano Nacional de Desenvolvimento, 2. São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2000.

DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e cidadania. In: PEREIRA, Maria Cristina (org.). O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1992. p. 129-136.

DIÁRIO CATARINENSE, Florianópolis, 1987-1990.

ESCRITÓRIO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. Plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis. Florianópolis: [s.ed], 1971.

FANTIN, Maristela. Construindo cidadania e dignidade. Florianópolis: Insular, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e História oral. In: TOPÓI, Rio de Janeiro, vol. 3, jul/dez 2002, p. 314-332.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FURTADO, Celso. O Brasil “pós-milagre”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. São Paulo: Ed. 34, 2000.

JACOBI, Pedro; NUNES, Edison. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, José Álvaro et al. Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 165-198.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Ed. Unicamp; Aracaju: Ed. UFS, 2007.

LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. São Paulo: Ed. USP, 2001.

LISBOA, Armando de Melo et al. Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1996.

MARICATO, Ermínia. Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

O ESTADO, Florianópolis, 1964-1990.

P&D: Planejamento e Desenvolvimento. Política Urbana: programa para cidades de porte médio. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Coordenadoria de Comunicação Social, v. 3, n. 36, maio/1976. p. 20-25.

PEREIRA, Nereu do Vale. Desenvolvimento e modernização: um estudo de modernização em Florianópolis. Florianópolis: Lunardelli, s/d.

PRADO, Luiz C. Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). O Brasil republicano, 4: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. p. 207-242.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma História do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. Questões para a História do presente. Bauru, SP: Edusc, 1999. p. 39-50.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMIDT, Benício; FARRET, Ricardo. A questão urbana. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

SIMMEL, Georg. 2005. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). Mana, Rio de Janeiro, vol.11, n.2.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (orgs.). Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-77.

VIRILIO, Paul. Velocidade e política. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 209-232.